

## POLÍTICA CAMBIAL E SISTEMA MONETÁRIO GLOBAL

*Alguns poucos cidadãos adquirem o poder de fazer políticas públicas. Todos, porém, têm o direito de criticá-las, escreveu Aristóteles (384-322 a.C.) em seu livro "Ética a Nicômaco".*

O governo federal, por meio do Decreto nº 6.983, de 19 out. 2009, introduziu o IOF, à alíquota de 2%, nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

2. Os objetivos da medida são frear a especulação no mercado de capitais e segurar o dólar, segundo Guido Mantega, ministro da Fazenda (Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 out. 2009, p. B1).

3. Existe um crescente interesse pelo Brasil. Sólido e muito atrativo, o País vem recebendo grande fluxo de dinheiro. A preocupação é com os especuladores na bolsa e com o excesso de valorização do real. O câmbio apreciado é um problema. Prejudica os exportadores. Ameaça o emprego do trabalhador brasileiro. Não podemos perder a concorrência no mercado internacional. O fluxo de capitais tem de ser regulado, observa Mantega (id.).

4. O FMI apoiou a taxaço do IOF instituída pelo Brasil. É preciso usar instrumentos de proteção contra o excesso de entrada de recursos, diz Nicolás Eyzaguirre, diretor do Fundo (Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 out. 2009, p. B3).

5. A China adota política cambial fora das regras. O controle da taxa cambial impede a flutuação de sua moeda. O Brasil tem de defender-se de alguma forma, alerta Eyzaguirre (id.).

6. O mau comportamento da China é ameaça para o restante da economia mundial, diz Paul Krugman (id.).

7. O capital estrangeiro continuará vindo no Brasil uma das melhores oportunidades de investimento, mesmo com a taxaço do IOF. Há excesso de liquidez no mundo, com taxas negativas em muitos países. Os investidores estão buscando alternativas, e o Brasil é a melhor opção, avalia Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BCB (id., p. B6).

8. A queda do dólar (27%, desde o último dia de 2008) desestabiliza as relações de comércio exterior por prejudicar a competitividade das exportações, assinala Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (id., p. A3).

9. O real forte já detonou um processo de desindustrialização, isto é, as indústrias deixam de produzir e passam a ser meras distribuidoras de produto importado de suas matrizes, adverte José Velloso, vice-presidente da Abimaq. A Cameron, dos EUA, é apenas um caso (Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 out. 2009, p. B11).

10. Um dos ramos mais afetados pelo câmbio é o de máquinas e equipamentos, além do segmento de calçados, vestuário, têxtil, eletroeletrônico e o automobilístico (id.).

11. Além do câmbio, a indústria propõe a revisão total do sistema tributário. A tributação vigente exporta imposto e onera excessivamente empresas intensivas em mão-de-obra. A indústria reclama ainda dos gargalos em infraestrutura, juros altos e falta de crédito (id.).

12. Os chineses continuam administrando grandes superávits comerciais e acumulando ativos. Porém o Yuan está permanentemente desvalorizado, porquanto permanece amarrado ao dólar, adverte George Soros (Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 out. 2009, p. B4).

13. O sistema monetário mundial está quebrado e precisa ser reconstruído. Não temos condições de seguir com os desequilíbrios crônicos e crescentes nas finanças internacionais. É necessário um novo sistema de moedas, baseado nas linhas gerais dos direitos especiais de saque do FMI, calculados com base numa cesta de quatro divisas: o dólar, o euro, o iene e a libra esterlina. A gama da cesta de moedas do novo sistema deveria ser aumentada e incluir tanto o yuan como o real. A economia global em crescimento não pode ter uma única moeda mundial, pondera Soros (id.).

14. O Brasil tem a moeda mais volátil em

'ranking' envolvendo 25 moedas internacionais, de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp. O índice de volatilidade do câmbio brasileiro é de 21,52% entre 2002 e 2009, ante 9,38% da Rússia e 6,31% da Índia. Em cinco dos oito anos pesquisados, o real está entre as três moedas mais voláteis. Para a Fiesp, o governo deve ser mais atuante na gestão do câmbio para conter a volatilidade exagerada. Existe um arsenal de medidas disponíveis para o controle do câmbio, um dos mais importantes indicadores da economia. A Fiesp não é contrária ao regime de câmbio flutuante, conclui Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da referida Entidade (Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 jul. 2009, p. B2).

15. O real forte é problema a médio prazo para a indústria brasileira. A curto prazo, é possível conciliar com o câmbio. Mas num prazo maior a indústria perde competitividade e, por conseguinte, perde espaço no mercado interno e externo. A participação em volume das exportações brasileiras de manufaturados, de 2005 para cá, caiu 17% relativamente às exportações mundiais. O Brasil perdeu 'market share' no mercado internacional de manufaturados, máxime por conta da apreciação cambial, avalia Francisco Eduardo de Souza, assessor do BNDES (Valor, São Paulo, 17 ago. 2009, p. A6).

16. O dólar caro é um veneno doce. Torcer pela disparada do dólar seria como torcer contra o País. É um erro criticar a valorização do real. Ela indica: as coisas por aqui vão bem. Uma moeda forte é bom sinal. Significa a volta da confiança e bom cenário para a indústria e para os investimentos. Mas a oscilação atrapalha, alerta Rolf-Dieter Acker, presidente da Basf ('Isto é dinheiro'. São Paulo: Três. n; 621. 02 set. 2009, p. 30).

"O dólar caro é um veneno doce."

Newton Freitas

Presidente do Conselho Diretor da ABANCE  
<http://www.newton.freitas.nom.br>  
Newtonfreitas@terra.com.br

## DIREITO E DESENVOLVIMENTO

**Francisco José Mateus**

Gerente-geral do Banco Itaú, presidente da Diretoria da ABANCE

*"Um banco não se faz com capital.  
Ele é construído por homens e idéias.  
Esses dois elementos são o seu maior lastro".*

Olavo Egydio Setubal (1923-2008)



A maior contribuição da Justiça para a economia é resolver, de forma eficiente e conclusiva, os litígios e, ao mesmo tempo, ir consolidando as regras necessárias necessárias às transações financeiras e comerciais, viabilizadoras do desenvolvimento de uma nação, afirma Pierpaolo Bottini, secretário da Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça (Financeiro. São Paulo: ACREFI, n. 41, nov. 2006, p. 8).

**T**emos percebido a importância da modernização do papel do Judiciário para o desenvolvimento econômico, disse o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal – STF em sua palestra no seminário 'Direito e desenvolvimento – Debates sobre o impacto do marco jurídico no desenvolvimento econômico brasileiro' ocorrido em 28 out. 2009 em Brasília (DF).

2. Temos instituições mais modernas, mais ágeis e mais eficientes. Isso contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico.

3. A relação Estado de Direito e economia precisa ser enfatizada. O Judiciário tem consciência da importância dessa relação, razão pela qual desenvolve todo amplo esforço de reforma.

4. O Brasil é moderno do ponto de vista institucional. Tem democracia sólida há mais de 20 anos, desde a Constituição de 1988, com alternância de poder e Judiciário independente. O País é, portanto, do ponto de vista do cenário internacional, bom local para investir.

5. Um em cada três brasileiros tem algum tipo de demanda judicial. Tramitaram 70 milhões de processos na Justiça somente em 2008. Esse quadro surgiu após a Constituição de 1988. Além de trazer diversas garantias ao cidadão, ela permitiu a ampliação das possibilidades de questionamento de direitos na Justiça.

6. Para diminuir a quantidade de processos e acelerar os julgamentos das causas, o STF instituiu a súmula vinculante e a repercussão geral. Esses dois instrumentos permitem estender a decisão de um determinado processo para todos os outros com temas idênticos.

7. Ainda para dinamizar os julgamentos, o Conselho Nacional da Justiça – CNJ atua junto aos tribunais para oferecer assistência técnica e

informatização.

8. A Justiça é um serviço público nacional e tem de manter um padrão em todo o Brasil.

9. O Direito pode ser um grande aliado no processo de desenvolvimento, ressaltou o ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Direito pode ser um grande facilitador do desenvolvimento, acrescentou ele.

OS NOMES MAIS LEMBRADOS EM TODO O PAÍS					
banco	BB	34%	cartão de crédito	Visa	39%
	Bradesco	23%		Mastercard	14%
	Itaú	13%		Credicard	6%
cia. aérea	Tam	40%	Carro	Volkswagen	33%
	Gol	24%		Fiat	25%
	Varig	9%		GM/Chevrolet	15%
moto	Honda	61%	cerveja	Skol	43%
	Yamaha	12%		Brahma	21%
	Suzuki	5%		Antarctica	11%
adoçante	Zero-Cal	37%	margarina	Qualy	23%
	Adocyl	17%		Doriana	16%
	Assugrin	5%		Primor	14%
celular	Finn	3%	operadora	Delícia	12%
	Nokia	40%		Vivo	28%
	Motorola	15%		Tim	22%
	LG	9%	Oi	20%	
	Samsung	9%	Claro	18%	

Fonte: Folha Top of Mind 2009 – Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 out. 2009

### JORNAL ABANCE

Associação dos Bancos do Estado do Ceará (ABANCE)

Filiada à FEBRABAN

Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará

Filiado à FENABAN

Sindicato das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento do Ceará

Filiado à FENACREFI

Pedro Borges, 75, 1º andar

Fortaleza – Ceará

Internet: [www.abance.com.br](http://www.abance.com.br)

Telefone: (85) 3231.24.45

### INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

(Consulte nosso site sobre agências e gerentes)



BANCO DO BRASIL



O Jornal ABANCE é uma publicação mensal com informações do mercado financeiro local e nacional. **Jornalista Responsável:** Tarcísio Tavares, MT n.º 2183/58 - **Diagramação:** Elias Sabóia - **Impressão:** Tipoprogresso

# Entrevistas



**Roberto Smith**  
presidente do Banco do Nordeste

## CAPITALIZAÇÃO DE JUROS

A vedação à capitalização de juros, prevista na Súmula nº 121 do STF, é combatida por um grupo de 32 respeitados professores da área de finanças das principais universidades brasileiras.

2. Os professores defendem a utilização dos juros compostos ou capitalização composta nas operações financeiras, de acordo com as práticas internacionais no mercado financeiro e de capitais e, também, de acordo com a doutrina contida nos livros dos autores mais conceituados.

3. A irrisignação dos professores está corporificada na 'Declaração em defesa das ciências econômica, financeira e jurídica', divulgada em 08 out. 2009 na Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 out. 2009, p. B2 (Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u635024.shtml>>. Acesso em: 08 out. 2009).

4. Decisões judiciais contra os juros compostos são fundamentadas em argumentos equivocados. Contrariam a lógica e o bom senso. Afetam negativamente o ensino da ciência financeira e da própria ciência jurídica, alertam os professores.

5. A base legal da Súmula 121 é o Decreto-Lei nº 22.626, de 1933 – Lei da usura.

6. Por conta da crise do café iniciada em 1929, os agricultores postularam ao governo moratória para o pagamento da dívida agrícola. O presidente Getúlio Vargas, para atrair o apoio do Estado de São Paulo, derrotado na Revolução Constitucionalista, resolveu assinar em 07 abr. 1933 o Decreto-Lei nº 22.626, por meio do qual limitou os juros em 12% ao ano e vedou a capitalização, assinala José Dutra Vieira Sobrinho, professor de matemática financeira do Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper (Valor, São Paulo, 14 out. 2009, p. E1).



**Luiz Henrique Mascarenhas C. Silva**  
diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do Banco do Nordeste

## BASILEIA II

O Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº 19.028, de 29 out. 2009, comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basileia II, prevista no documento 'Convergência internacional de mensuração e padrões de capital: uma estrutura revisada', aprovado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

2. Referido documento estabelece critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras.

3. O planejamento alcança três pilares: I – estrutura de capital; II – processos de supervisão; e III – transparência e disciplina de mercado.

4. A estrutura de capital abrange a exigência de capital para o risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

A crise financeira iniciada em 2007 revelou a necessidade de revisão e complementação de algumas das recomendações definidas em Basileia II. O Comitê propôs, em 13 jul. 2009, medidas adicionais para o fortalecimento e maior solidez do mercado financeiro, conforme o Comunicado nº 19.028.



**Lúcio Paiva**  
advogado, diretor da Abance

## REFINARIA

O Estado do Ceará e a Petrobras assinaram Protocolo de Entendimento para a construção de refinaria na área do porto de Pecém, com previsão de funcionamento a partir de 2014. O ato foi testemunhado pelo presidente Lula (Diário do Nordeste, Fortaleza, 21 ago. 2008, Negócios, p. 1 e 2).

O projeto da Refinaria Premium II está em reavaliação. O cronograma de execução poderá ser alterado com novas datas, afirma Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras (O Povo, Fortaleza, 23 set. 2009, p. 23).

Temos de assegurar a transformação do projeto num empreendimento irreversível. Num projeto de tamanha complexidade, é absolutamente natural um ano de retardo, comentou o governador Cid Gomes (Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 set. 2009, Negócios, p. 5).



**Caio César Rocha**  
Advogado, consultor do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado do Ceará, membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) da CBF e da Câmara de Resolução de Disputas (CRD), tribunal esportivo mantido pela 'Fédération Internationale de Football Association (Fifa)'

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O STF aprovou, em sessão administrativa de 05 ago. 2009, o Planejamento Estratégico (2009-2013).

2. Além de conter as principais diretrizes a serem desenvolvidas nos próximos anos, a iniciativa promove o aperfeiçoamento do Tribunal, bem como de sua prestação jurisdicional, afirma o ministro Gilmar Mendes.

3. O planejamento estratégico é, segundo Mendes, ferramenta crucial à administração de uma instituição comprometida com a melhoria contínua dos serviços prestados.

4. De acordo com o documento aprovado:

a) a missão do STF ('por que existimos?') é: assegurar o cumprimento da Constituição Federal e estabelecer a sua interpretação, de forma a construir cultura garantidora de sua efetividade;

b) visão de futuro ('o que queremos?'): ser reconhecido como Corte Constitucional, referência na garantia dos direitos fundamentais, na moderação dos conflitos da Federação e na gestão administrativa;

c) valores institucionais ('crenças e princípios norteadores das ações e condutas da instituição'): acessibilidade, celeridade, credibilidade, ética, inovação, respeito nas relações interpessoais, responsabilidade social e ambiental, transparência, valorização do capital humano.

## Fique por Dentro



Edmundo Moreira Filho, BB: O Cartório 24 Horas é serviço de solicitação de certidões por meio do site <<http://www.cartorio24horas.com.br/>>. O cidadão ou a empresa poderá solicitar ao Cartório 24 horas as seguintes certidões: 1) Certidão Negativa de Distribuição de Protestos; 2) Certidão Negativa/Positiva de Protestos; 3) Certidão de Nascimento; 4) Certidão de Óbito; 5) Certidão de Casamento; 6) Imóveis - Certidão Negativa/Positiva de Bens; 7) Imóveis - Certidão de Transcrição; 8) Imóveis - Certidão Simplificada de Matrícula; 9) imóveis - Certidão de Matrícula; 10) Notas - Certidão de Procuração; 11) Notas - Certidão de Escritura Resumida; 12) Títulos e Documentos - Certidão Resumida.



Myrian Saraiva, SAFRA: A Central de Certidões e Informações – Cerinfo, instituída pelos cinco Tabelionatos de Notas e Protesto de Fortaleza (Cartórios Aguiar, Alexandre Rolim, João Machado, Martins e Ossian Araripe), é um banco de dados sobre protestos, disponível para consulta por meio do site <<http://www.cerinfo.com.br/>>.



Adriana Mota, DAYCOVAL: Nasceu a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Futuros e de Capitais – Anbima, fruto da união da Anbid e Andima. A Anbima já representa mais de 300 associados. Mais informações: <<http://www.anbima.com.br/>> (Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 out. 2009, p. B7).



Manoel Mouzinho, BB: O Decreto Federal nº 6.976, de 07 out. 2009, dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, destinado a evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União.



Gotardo Gurgel, Caixa: O governo desistiu de enviar ao Congresso Nacional o projeto de introduzir a tributação dos rendimentos da caderneta de poupança sobre os saldos acima de R\$ 50 mil. Diante da desistência, a idéia da equipe econômica é, após a eleição presidencial de 2010, propor a reforma da remuneração da caderneta. Os rendimentos seriam atrelados aos juros básicos fixados pelo BCB (Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 out. 2009, p. B1).



Alessandra Freitas, diretora da Power: A Power Serviços de Cobrança S.A. é destaque na área de cobrança administrativa. Iniciados em 2008, os serviços prestados à Caixa Econômica Federal, de cobrança de créditos habitacionais, mantêm-se dentro da expectativa

de desempenho, conforme registra a própria Caixa no Ofício nº 892/2009/GICOP/JP, de 15 out. 2009. Contando com os mais avançados recursos tecnológicos de 'contact center', a Power tem como missão oferecer às empresas as melhores soluções de cobrança, televenda e serviço de atendimento aos clientes. Visite o site da Power: <<http://www.powercontactcenter.com.br/>>.



José Almeida Lima, ITAÚ-UNIBANCO: A orientação jurisprudencial do TJDFT admite a penhora de valores depositados em conta-corrente destinada ao recebimento de salário ou aposentadoria por parte devedor, observado o limite de 30% para a constrição. A manutenção do bloqueio de 30% não afeta a dignidade humana do devedor. O restante é suficiente para a sua manutenção (20080020006815AGI, relator Arnaldo Camanho de Assis, 2ª Turma Cível, julgado em 03 dez. 2008, DJ 14 jan. 1009, p. 86).



Maria Risonete, HSBC: A taxa de inadimplência (mais de 90 dias de atraso) do Brasil é a 31ª mais alta entre 59 países, de acordo com o FMI. A taxa de inadimplência situou-se em 4,3%, com base em maio de 2009. O Canadá destaca-se na lista com a menor taxa de inadimplência: 0,9%. Os EUA, epicentro da crise, acusam taxa de 3,8% (Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 out. 2009, p. B4).



Valmir Carneiro, BRADESCO: A fraude atinge 68% das empresas. O fraudador mais freqüente é o próprio funcionário, responsável por 61% dos casos. A recuperação dos valores desviados é rara. Em 68% dos casos, nem um centavo volta aos cofres da empresa, conforme levantamento da KPMG (Valor, São Paulo, 05 out. 2009, p. A8).



Marinalda Ribeiro Lima, ABN AMRO REAL: A BM&FBovespa S.A. anunciou a celebração protocolo de intenções com a NASDAQ OMX Group. Inc. para o desenvolvimento de tecnologia e de acordos comerciais para negócios (Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 out. 2009, p. B1).



Mônica Cysne, OBOÉ: A Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos realizou oferta pública de ações e estreou na Bovespa. Além de realizar o registro e a custódia de títulos de renda fixa, a Cetip pretende lançar-se como plataforma de negociação de ativos e derivativos. A perspectiva de competição entre a Cetip e a BM&FBovespa agrada o BCB e a CVM (Valor, São Paulo, 27 out. 2009, p. C1).